

Entrevista com o historiador Daniel Aarão Reis Filho*

*Tiago João José Alves***

Apresentação

Na década de 1960, Daniel Aarão Reis Filho, juntamente com outros militantes políticos, encampou a luta revolucionária contra a ditadura civil/militar brasileira. Daniel Aarão compunha a direção da Dissidência Comunista (futuro Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8), que juntamente com a ALN (Ação Libertadora Nacional), haviam capturado o embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, em 1969. Em junho de 1970, Daniel Aarão Reis Filho e outros presos políticos foram libertados pela ditadura brasileira, em troca da vida do embaixador alemão Enrenfried Von Holleben, também capturado por uma ação revolucionária. Libertados, os 40 presos políticos foram para a Argélia. Depois de Argélia, Daniel Aarão passou por Cuba, pelo Chile da Unidade Popular e de Salvador Allende, fez faculdade de história na França, e em 1976, foi trabalhar como professor de história na Universidade Eduardo Mondlane, na cidade de Maputo, Moçambique. Moçambique havia recém conquistado sua independência de Portugal, saindo de uma guerra anticolonial que durou de 1964 a 1974, consagrando sua independência em 1975. Daniel Aarão residiu em Moçambique até 1979.

Por mais de duas horas, numa conversa muito agradável, Daniel Aarão, de maneira atenciosa e cortês, expôs abertamente as suas opiniões. Durante a entrevista, também foi possível conhecer um pouco mais sobre a sua experiência de vida no exílio. Daniel Aarão falou sobre a decisão de escolher Moçambique como destino, nos contou sobre a sua experiência profissional na

* Entrevista recebida em 04/06/2015. Aprovada em 12/06/2015.

** Doutorando em História pela UFSC, Florianópolis/SC, Brasil. Bolsista Capes. E-mail: tiagojalves@gmail.com

Universidade Eduardo Mondlane, comentou suas opiniões a respeito do papel da Frelimo e nos falou de seu retorno ao Brasil.

A entrevista também tratou de outros temas, dentre eles: o regime militar brasileiro, a política externa do Brasil, a guerra colonial portuguesa e o processo de independência de suas colônias, o modelo socialista moçambicano.

Dirijo um agradecimento especial aos historiadores Sidnei Munhoz e Alexandre Busko Valim, pela intermediação do contato com o professor Daniel Aarão, que prontamente aceitou ser entrevistado. Ainda quero agradecer a preciosa colaboração de Alexandre Valim, pelas observações e sugestões no processo de elaboração das perguntas. Por fim, agradeço o professor Ângelo Priori, editor chefe da Revista Diálogos (Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em História da UEM), pela oportunidade de publicar parte da entrevista no presente número.¹

Tiago João José Alves: A guerra colonial empreendida por Portugal contra os países africanos (Angola, Moçambique e Guiné-Bissau), em alguma medida, contribuiu para o entendimento da política no continente americano?

Daniel Aarão Reis Filho: Em primeiro lugar, eu acho que a guerra colonial portuguesa tem que ser vista na diversidade das colônias. Houve três frentes na guerra colonial portuguesa: em Guiné-Bissau, onde o exército português estava perdendo a guerra, em Angola, onde ele praticamente ganhou a guerra e finalmente em Moçambique, onde a situação estava relativamente equilibrada, os guerrilheiros tinham ganho alguma força no norte de Moçambique e estavam começando a penetrar numa província central, chamada de Zambézia, que é muito importante, porém, estavam longe ainda de derrotar o colonialismo português. No entanto, aquela guerra exauriu muito as energias

¹ A entrevista foi realizada em Maringá/PR, no dia 27 de setembro de 2013, durante o VI Congresso Internacional de História, realizado na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

de Portugal, um país relativamente pobre, e teve que deslocar um exército colonial muito considerável pra essas colônias, isso tencionou muito o país. Para a formação desse exército colonial, Portugal foi obrigado a convocar muitos civis que desempenhariam papel fundamental na articulação do tal movimento dos capitães que, afinal, acabou sendo fator decisivo na Revolução dos Cravos. E quando houve a Revolução dos Cravos, em abril de 1974, isso realmente teve certo impacto no Brasil, o país estava vivendo uma fase inicial do processo de abertura, estava em curso o projeto político de Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, de institucionalizar a ditadura, de construir um estado de direito autoritário, porém, fora dos parâmetros da ditadura. A Revolução dos Cravos, de certo modo, animou, de um lado, as oposições, quer dizer, se uma ditadura velha, consolidada, que parecia eterna, em Portugal tinha caído, era sinal que a ditadura no Brasil também podia, eventualmente, se enfraquecer. Por outro lado, entre o círculo do Geisel, se fortaleceu a perspectiva de manter aquela política de institucionalização da ditadura, porque se eles não a empreendessem, podiam perder o controle, como foi o caso em Portugal. Em Portugal, depois do afastamento de Salazar, Marcelo Caetano, que o sucedeu, teve também, num primeiro momento, uma perspectiva aparentada a do Geisel, no entanto, as forças conservadoras se opuseram e a coisa se estancou, não foi pra frente. Forças importantes estavam se movimentando na sociedade brasileira, no sentido da democratização do país. Porém, esse movimento ainda estava muito subterrâneo, ele ia se evidenciar com uma força surpreendente, meses depois, nas eleições de novembro 1974, com aquela vitória estrondosa das oposições nas eleições para o Senado e para a Câmara dos Deputados. Entretanto, em abril, ainda a convicção era de que a situação estava sob controle e, nesse sentido, era necessário implementar a institucionalização da ditadura, a construção de um estado de direito autoritário, enquanto eles tivessem o

controle tranquilo da situação. Então, eu diria que o movimento da Revolução dos Cravos situa-se num contexto favorável à democratização, porque era acompanhado simultaneamente, é bom não esquecer, pelo processo de abertura da Espanha e, logo depois, foi acompanhado pela queda brusca da ditadura grega, envolvida numa guerra com a Turquia em torno do Chipre, e essa guerra fracassada teve um impacto na ditadura grega, como a das Malvinas na ditadura argentina, anos depois, em 1982. Aliás, um teórico marxista que estava muito em voga no período, Nicos Poulantzas, fez um livro sobre o assunto, uma reflexão sobre as ditaduras em Portugal, na Espanha, na Grécia e o processo de transformação dessas ditaduras em regimes democráticos. De sorte que eu penso que o processo em Portugal, e mais esses outros dois, todos envolvidos nessa perspectiva de uma conversão, mais ou menos brusca, de um regime ditatorial para um regime democrático, isso teve um influxo nas oposições e no governo ditatorial brasileiro. É claro que grupos de extrema direita, hostis a qualquer forma de democratização e a qualquer forma de abandono da ditadura, evidentemente que fariam uma leitura inversa: “é preciso fechar mais para não perder o controle”. Porém, esses grupos não eram suficientemente fortes, ao contrário, eles tenderiam cada vez mais a se enfraquecerem, embora, dando arrancos violentos. Resumindo, eu diria que esses processos de abertura na península ibérica e na Grécia, acabaram tendo um influxo positivo, que foi metaforicamente cantado pelo Chico [Buarque] naquela famosa música [Fado Tropical] de que o Brasil poderia se transformar num imenso Portugal. Fazia-se ali um jogo, porque, antes, a ideia era que se o Brasil virasse um imenso Portugal seria pra incorporar medidas ditatoriais, corporativistas estatais, mas agora, com a Revolução dos Cravos, era o inverso, o Brasil se transformando num imenso Portugal, se transformaria numa imensa democracia. Eu acho que ele pegou, como os artistas são sempre capazes de pegar, com a sua sensibilidade, um momento importante, de viragem.

TJJA: Qual a importância da resistência anticolonial africana para os avanços e retrocessos experimentados pela esquerda latino-americana no contexto da Guerra Fria e das lutas contra as ditaduras? A resistência africana pode ser tomada como parte de um mesmo processo de enfrentamento?

DARF: Estive na África durante 3 anos e meios, trabalhando em Moçambique, e o interesse das lideranças africanas lusófonas pelo Brasil, era muito mais forte que o inverso, do que o interesse da parte brasileira. Na liderança lusófona dos movimentos de libertação nacional, era muito grande a leitura de autores brasileiros, que foram relativamente importantes no amadurecimento político dessa gente toda, que liam esses autores brasileiros em Portugal. A literatura brasileira de sentido social, Jorge Amado (acima de tudo), o primeiro Jorge Amado, até “Gabriela, Cravo e Canela”, que era uma literatura de combate, de esquerda, que circulava em Portugal, e que jogou um papel muito importante, José Lins Rego, além de outros autores da literatura regional nordestina brasileira, que suscitaram muita crítica à ordem vigente no Brasil, e como obras literárias não eram censuradas, jogaram um papel muito importante no amadurecimento político daquelas lideranças. Mas, como disse, não creio que o interesse em sentido contrário tenha sido muito fecundo no Brasil.

TJJA: Quais foram as motivações que o levaram a trabalhar e a morar em Moçambique? Para ser mais preciso, por que escolher Moçambique?

DARF: Eu devo lhe dizer que, embora contemplando a possibilidade de sair da França, porque na França eu concluí o meu Mestrado em História, e a minha ambição pessoal era mais continuar os estudos na França (fazer o doutorado). Eu tinha essa possibilidade de fazer um doutorado lá, bolsas de estudo, havia um sistema muito generoso com os asilados políticos na época, de bolsas, de estímulos, de proteções de todo o tipo (o “Estado de Bem Estar Social” na França era muito pujante). E você, como refugiado político, você tinha toda uma série de regalias, então eu tinha um programa de estudos que me parecia

interessante e fazer um doutorado era minha perspectiva principal. No entanto, eu era casado, e a minha mulher estava muito insatisfeita com a situação na França e ela acabou me convencendo a partir, a gente já tinha uma certa idade, eu tinha 30 anos e ela 29, e até então a nossa vida tinha girado em torno da revolução no Brasil. Tínhamos nos envolvido numa série de atividades, como revolucionários profissionais, depois presos, depois saímos através das ações revolucionárias, de capturas dos embaixadores, de sorte que, no exílio, até o golpe no Chile, vivemos ainda muito a questão da revolução no Brasil. Depois que houve o golpe no Chile, a fragmentação foi geral. Estudamos lá na França, conseguimos um diploma (tanto eu como ela nos formamos em História), de sorte que a possibilidade de continuar estudando na França, embora existisse, era uma possibilidade que ainda nos manteria numa espécie de limbo em relação à vida profissional prática, ela era muito adepta dessa ideia de assumir uma profissão e começar uma vida profissional. E a maneira que a gente encontrou de unir a recuperação, ou melhor, a recuperação não, porque a gente nunca tinha tido antes uma vida profissional, éramos estudantes, viramos revolucionários profissionais e uma vida profissional normal, a gente não tinha tido. A ida para Moçambique unia várias referências: passar finalmente a ter uma vida profissional, normal, no entanto, associada à revolução, porque o movimento revolucionário em Moçambique, a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) era um movimento revolucionário nacionalista, mas que tinha uma liderança informada pelas referências marxista-leninistas e estava disposta, isso era declarado, a orientar o novo país independente no rumo do socialismo, e ao mesmo tempo, como iríamos ser professores numa universidade nascente, manteríamos o vínculo com o estudo teórico também, então foi possível unir essas três referências. Se a gente tivesse permanecido na França, a gente teria a coisa do estudo teórico, porém, a atividade revolucionária estava reduzida aos encontros lá nos cafés parisienses, que é uma coisa muito charmosa, mas

inteiramente ineficaz. Na época, em 1974, 1975, 1976, ainda as comunicações com o Brasil não eram muito fáceis, eram relativamente difíceis, de sorte que o fazer política no Brasil estava mudando muito, em relação àquilo que tinha sido o ânimo da luta armada revolucionária, este projeto estava completamente desmantelado e o que se anunciava ali, como perspectiva, era uma luta pela instauração da democracia no Brasil (uma luta pacífica). Era uma ruptura muito forte com o nosso passado imediato. E do ponto de vista profissional, nos restavam empregos auxiliares – que é o que a maioria dos exilados tinha – ser porteiro num turno de hotel, passear cachorros, ser *baby-sitter*, lavar cadáveres no necrotério, ser jardineiro de cemitério, era esse o tipo de atividade profissional complementar às bolsas de estudos, que nos era oferecido, não era uma coisa nem um pouco empolgante. De sorte que a ida para Moçambique, aquela coisa do movimento revolucionário armado, vitorioso, isso nos remetia à nossa tradição imediata, nós tínhamos também sido um movimento revolucionário armado, liquidado, massacrado, derrotado, mas, “primos” nossos tinham conseguido a vitória em Moçambique, isto criava uma afinidade muito grande. A gente estava indo para um lugar, exercer uma profissão, começar uma vida profissional normal, porém, num contexto revolucionário, e em um contexto revolucionário armado, mantendo-se a possibilidade, que, aliás, até lá em Moçambique superou todas as nossas expectativas, do estudo teórico. Quando a gente chegou lá, a gente imaginava que ia encontrar uma sociedade onde andaríamos de jipe, de bota, mas a cidade de Maputo (antiga Lourenço Marques) era uma cidade urbanizada, com parques. Havia um cinturão de favelas, que eles chamavam de “caniço”, era formado por casas de bambu, quando você chega de avião, você toma até um choque, porque tem aquela cidadezinha que é uma belezinha de cidade, com casas arborizadas e, em torno delas, aquele mar de choupanas, de “caniço”. Mas na cidade que a gente vivia, eles chamavam de “cidade de cimento”, nessa cidade a gente tinha uma

casinha muito confortável, a universidade estava começando a dar os primeiros passos, prédios novos, o governo estava dando muita força àquele processo, nós tínhamos total liberdade, do ponto de vista teórico, o livro que a gente quisesse comprar, o governo trazia. Então foi um tempo de atividade profissional muito fecunda, interessante, nós éramos chamados para as coisas mais diversas, isso foi muito enriquecedor, nós dávamos aula na universidade, mas na universidade havia muito poucos alunos, porque o regime colonial português era muito obscurantista. Ele [o regime colonial] na verdade era um intermediário, o colonialismo português era um intermediário entre os grandes capitais internacionais e os povos africanos dominados. Portugal não tinha força econômica para fazer grandes investimentos, quem fazia os grandes investimentos nas colônias portuguesas era o capital sul-africano, era o capital francês, era o capital inglês, era o capital estadunidense. De sorte que Portugal era um agente intermediário entre esses grandes capitais e os povos africanos, é por isso, inclusive, que o colonialismo português revestiu uma característica tão obscurantista, ele não podia se dar ao luxo de formar uma elite africana, porque uma vez formada, essa elite iria estabelecer laços diretos com os seus reais dominadores. Para Portugal manter essas colônias, era preciso que eles, os portugueses, fossem os intermediários entre a dominação estrangeira e os povos africanos, assim, eles não formavam africanos, não formavam elites africanas, tinham uma visão radical desse ponto de vista. Quando a gente chegou em Moçambique, os negros, com formação universitária, contavam-se nos dedos, eram muito poucos, inclusive, o domínio da língua portuguesa, pelos vários povos africanos distintos, que viviam na colônia de Moçambique, era muito limitado. De sorte que a gente se deparou com um mundo a criar, e na universidade tinha muito pouca gente, as primeiras turmas de negros começavam a chegar à universidade, estimuladas pelo governo, os poucos universitários que existiam lá, de modo geral, eram filhos de colonos brancos,

que haviam resolvido ficar em Moçambique, eram nascidos lá, então a Constituição moçambicana reconhecia a eles o direito de assumir a nacionalidade moçambicana. Porque a gente só vai começar a ter alunos negros na universidade, dois ou três anos depois, inclusive, lá na Faculdade de História, a gente dava aula para pequenas turmas, quase todas formadas por brancos, e a massa de estudantes, estava no chamado curso propedêutico, para o qual as autoridades selecionavam o que havia de melhor no Ensino Médio, colocavam pra dentro da Universidade para ter contato com os professores universitários e ter condições, rapidamente, de entrar no sistema universitário. E, além disso, nós dávamos cursos a funcionários do governo, a funcionários públicos, aos próprios quadros da Frelimo, então éramos muito solicitados, como o governo não tinha uma perspectiva de filiação automática a nenhum país socialista, ele mantinha uma aliança diversificada: com a China, com a União Soviética e com Cuba. Havia uma maioria de militantes ali que tinha muita simpatia pelo maoísmo revolucionário, mas isso não significava nenhuma dependência em relação à China de Mao Tsé Tung, eles eram muito nacionalistas e faziam questão de manter autonomia, então eles gostavam da gente, porque nós éramos revolucionários independentes, não vinculados a sistemas políticos, eles sabiam bem e às vezes tinham que encarar isso. Eles sabiam bem que se importassem técnicos (e eles importavam, pois as circunstâncias obrigavam) da China, da URSS, ou de Cuba, esses técnicos viriam como representantes desses Estados, informantes desses Estados, veiculadores das ideologias de seus respectivos Estados, enquanto que os revolucionários perdidos pelo mundo não representavam esse perigo, eram pessoas independentes e que tinham o maior potencial de estabelecer afinidades com eles. E nesse momento, que nós chegamos, o governo não tinha qualquer tipo de ortodoxia, então dava ampla liberdade de ensino, de importação de livros, (havia verbas, não estratosféricas, mas razoáveis), o que

nos permitiu fazer estudos muito consequentes, principalmente em relação às revoluções socialistas. Estudei muito as revoluções socialistas naquela época, com o que havia de mais atualizado na literatura mundial, porque o que saía na Inglaterra, nos EUA, na França, a gente sabia e mandava importar. Foi um período muito interessante, e correspondeu às nossas expectativas, aliás, foi muito além das nossas expectativas, porque a gente conseguia, realmente, manter afinidades com um projeto revolucionário (vitorioso através das armas), manter os estudos teóricos e adquirir uma profissão, começar finalmente a trabalhar como um cidadão normal. Agora, do meu ponto de vista sobre a partida, eu acabei concordando, e não me arrependo, pois foi uma experiência extremamente proveitosa, mas, não posso deixar de registrar que eu queria mesmo é ficar lá estudando o Poulantzas e fazendo a tese de doutorado, a possibilidade existia. Mas, se eu tivesse ficado na França, a minha existência teria sido muito menos interessante, e outra coisa que preciso registrar, que também nos estimulou a pegar essa vida profissional, é o fato de que nós tínhamos dois filhos, duas crianças nascidas no Chile, era uma responsabilidade. Dava pra segurar com aqueles empregos na França e com as bolsas de estudos, mas seria uma vida um pouco limitada.

TJJA: Você desempenhou alguma atividade política em Moçambique?

DARF: Em Moçambique, desde a independência, começaram a fluir brasileiros e pessoas de outros cantos do mundo também, nós tínhamos ali algumas dezenas de brasileiros em Moçambique. Depois a coisa foi aumentando, quando eu saí de lá, às vésperas da anistia, já havia algumas poucas centenas de brasileiros, alguns, inclusive, vindos do Brasil, se bem que a maioria continuava sendo de exilados. A primeira coisa a registrar é o seguinte, em Moçambique, progressivamente, nossos laços com o Brasil se distenderam muito, porque não só havia uma dificuldade óbvia de

comunicações, parcialmente remediada com o envio de jornais e revistas, meus pais eram muito solidários, enviavam regularmente jornais do Brasil, pacotes com os jornais da semana. Porém, ali havia uma vida profissional muito intensa, muito rica. A gente, inclusive, começou a querer fazer reuniões dos brasileiros para pensar sobre o Brasil, com as informações disponíveis, porém, era muito difícil, pois a gente começava a conversar sobre o Brasil, como estava quase todo mundo envolvido em atividades profissionais, e como essas atividades eram muito intensas, muito interessantes, o resultado é que rapidamente a discussão ia para o que a gente estava fazendo: os problemas de Moçambique, os desafios, as lutas políticas dentro da Frelimo etc. De sorte que ali, embora eu não tendo cortado radicalmente os laços com o Brasil, eles se distenderam muito, porque a vida profissional moçambicana era muito intensa. E aí você tem uma pluralidade de experiências, houve brasileiros que se aproximaram mais da Frelimo, houve brasileiros que tiveram distintas aproximações com os povos moçambicanos pelo tipo de trabalho que eles desenvolviam. Mas, o meu trabalho, que era um trabalho na universidade e de formação política, teórica e profissional, pois, como disse, eles me chamavam para cursos dos mais variados, era um trabalho fundamentalmente de professor. Um professor simpatizante do processo revolucionário, mas, nunca entrei, nem procurei entrar, embora houvesse margem para isso, na Frelimo, sempre me mantive como um cooperante, uma pessoa que coopera, que tem afinidades, inclusive, com os propósitos revolucionários, porém, se mantém como, fundamentalmente, um profissional. Com o passar do tempo, no entanto, as relações foram se afinando, e eu comecei a ter mais informações, cada vez mais, das lutas políticas travadas na Frelimo, e aquele processo começou a me preocupar, porque eu já estudava muito os processos das revoluções socialistas e ia formulando cada vez mais uma visão crítica do socialismo realmente

existente. E a Frelimo foi tomando decisões que inquietavam muito alguns homens da Frelimo, havia um grande conselheiro do presidente Samora Machel, que se tornou muito meu amigo, chamado Anibal Bragança. Esse homem era um físico que havia nascido em Goa, com a invasão da Índia em Goa ele imigrou, depois se formou como físico em Portugal e se aproximou da Frelimo, era um homem de esquerda, e entrou na Frelimo, era um conselheiro do Samora Machel. Esse homem, seria líder da criação de um centro de estudos africanos na Universidade Eduardo Mondlane, tornou-se meu amigo, era muito crítico às derivas do Estado revolucionário em Moçambique. E que derivas eram essas? O Samora Machel e o Comitê Central da Frelimo decidiram muito rapidamente passar, converter a Frelimo, que era uma Frente de Libertação Nacional, num partido marxista-leninista, isso significou uma violência muito grande. Eu nunca escrevi sobre isso, porque minha atividade lá em Moçambique sempre foi muito bem recebida, ela me foi muito fecunda, eu devo muito àquele país ter me recebido, nas circunstâncias que eram as minhas. Posteriormente, inclusive, eu cheguei a viajar com passaporte moçambicano que eles me deram, mesmo eu não tendo assumido a nacionalidade moçambicana. Eu nunca tinha tido passaporte brasileiro, e como trocado pelo embaixador alemão, não pude, evidentemente, almejar ir a uma embaixada brasileira e pedir passaporte, estava completamente fora de questão. E o passaporte que eu tinha, de refugiado político na França, o perdi, porque fazia parte do estatuto do refugiado político na França a cláusula que você não pode se ausentar por mais de um ano do país, sem autorização específica. Se você se ausenta, você perde a sua condição de refugiado e a gente perdeu a condição de refugiado político na França, então a gente estava num certo limbo. E quando a gente quis fazer uma viagem, eu e minha mulher, em 1977, pela Europa, para nos informar, saber como é que estavam as coisas, a gente não tinha passaporte,

os moçambicanos nos deram passaporte para viajar. De sorte que minha gratidão por Moçambique, desde aquela época, foi muito forte, então eu evitei, eu fui já diversas vezes solicitado a escrever sobre o país, expor a minha visão crítica, eu evitei, porque me sinto constrangido de fazer esse tipo de crítica, tendo eles sido tão generosos comigo. No entanto, quando houve essa transformação, de uma frente de libertação nacional num partido marxista-leninista, eu achei aquilo uma coisa muito vanguardista, muito de cima para baixo, porque mesmo as lideranças da Frelimo não estavam equipadas com a teoria marxista, para dar esse salto. Havia uma pequena liderança altamente sofisticada, o Samora Machel, embora sua instrução formal fosse muito limitada, ele tinha até a quarta série primária, era um homem tipo o Lula, muito inteligente, só que ao contrário do Lula, ele lia muito, estudava muito, e realmente adquiriu um cabedal teórico muito significativo. Ao lado dele havia outros elementos muito estudiosos, então você tinha ali uma elite marxista-leninista, porém, a massa dos militantes da Frelimo estava longe de ter esse nível, e a sociedade, imagina, não tinha nenhuma informação a respeito disso. De sorte que a decretação da conversão, me lembro que discuti muito isso lá com o Bragança, e a gente comentava: “isso é uma loucura, isso vai gerar uma distorção imensa” e realmente gerou. Imediatamente eles começaram a criar cursos de marxismo-leninismo na universidade e no segundo grau (no Ensino Médio) e não havia professores, evidentemente, para ensinar esta teoria. Daí que o resultado foi aquela enxurrada de manuais de marxismo-leninismo búlgaros e soviéticos, que são a pior coisa para destruir neurônios em uma pessoa. Estudar aqueles manuais de marxismo-leninismo (não sei se você já teve oportunidade de ler alguns desses manuais) é a maior fonte de distorções que pode existir. A gente lia muito aqui no Brasil dois, principalmente, eles foram traduzidos em português ou espanhol, não me lembro, um era o do Georges Politzer “O

homem comunista francês” e o outro era do Afanasiev, eram dois manuais que circulavam muito, eram péssimos. E nessa época já, quando estive em Moçambique, havia outros manuais búlgaros, também horrorosos, tinha aquela introdução aos princípios elementares do marxismo [Os Conceitos Elementares do Materialismo Histórico], da Marta Harnecker, uma chilena althusseriana. Quer dizer, os chamados professores marxista-leninistas começaram a ler esses manuais, a repetir aquelas fórmulas, que era uma receita certa para eles perderem o contato com a realidade do próprio país e começar a mimetizar os processos socialistas de outras latitudes. Era coisa que a direção da Frelimo não queria, porém, o tipo de dinâmica que eles tinham desencadeado levava a isso. No momento seguinte, esses cursos de marxismo-leninismo na universidade foram um desastre, eu resisti muito a isso, me lembro de discutir com o reitor da universidade, mostrando a ele como isso era uma filosofia, você não podia tornar uma matéria desse tipo numa matéria obrigatória em que você fazia provas, e se o cara fosse contra? Aí ele dizia: “camarada” (lá a gente se tratava de camarada), “camarada, aqui é uma ditadura do proletariado, na ditadura da burguesia eles obrigam os alunos a estudarem filosofia burguesa, nós aqui vamos obrigar a estudar a filosofia do proletariado”, quer dizer, que proletariado? Aquela revolução não tinha sido feita pelo proletariado moçambicano, tinha sido feita por setores do campesinato do país. Inclusive, contava-se um episódio muito engraçado lá em Moçambique, eles ficavam falando muito sobre “ditadura do proletariado”, uma vez o Samora em uma discussão com um núcleo camponês do norte de Moçambique, que eram bases realmente importantes que os guerrilheiros tinham formado, um camponês lá se levantou e disse “eu não consigo entender essa coisa do proletariado, os caras não fizeram nada pela revolução, quem fez a revolução fomos nós”. Eles contavam isso como uma piada, mas era expressivo.

TJJA: Comparado com o processo cubano, quando Fidel Castro e os outros revolucionários assumiram as credenciais marxista-leninistas na perspectiva de implantação do socialismo, o processo moçambicano foi mais mecânico?

DARF: Mais ainda, porque há uma analogia entre os dois processos, lá em Moçambique o campo cultural era muito menos aberto a isso, foi uma intervenção muito mais violenta, a autodenominação de partido de vanguarda, porque eles guardaram o nome Frelimo, mas foi um mero tributo ao passado – Frelimo - Partido Marxista-Leninista, o mesmo processo seria seguido em Angola – MPLA - Partido Marxista-Leninista. Era uma coisa extremamente artificial, porém, armados com essa perspectiva, de vanguarda teórica, isso ensejou, o aparecimento de atitudes autoritárias de todo o tipo, a principal das quais foi a política de coletivização da terra, chamada “política das aldeias comunais”, que foi implementada a ferro e fogo e foi, a meu ver, uma das bases que iria possibilitar o aparecimento de uma guerrilha contrarrevolucionária em Moçambique. Aquilo desagradou enormemente os homens de campo, porque afinal de contas os “portugas” tinham ido embora, eles tinham se apropriado das terras dos portugueses e de repente aparecia uma política do governo dizendo que as formas superiores de organização eram as unidades de produções coletivas. Isso, evidentemente, provocou uma insatisfação imensa no campo, no entanto, os quadros enviados para o campo tinham que prestar contas, enfim, começou um processo análogo ao que houve na coletivização forçada na URSS e posteriormente na China, você tem que fazer relatórios, se fizer relatórios e o processo não estiver avançando – você é um incompetente e vai pra cadeia. Baixavam o pau nos camponeses, os camponeses fugiam para o mato e aí, aquela grande reverência que existia antes pela Frelimo, afinal de contas, a Frelimo tinha dirigido o processo revolucionário de independência, estava todo mundo satisfeito com a independência, tinham se livrado dos colonialistas, mas agora eram obrigados a se enquadrar num projeto que

ninguém dominava, ninguém era capaz de controlar. Essa transformação da Frelimo em partido marxista-leninista foi um desastre, ensejou toda uma série de atitudes e políticas altamente autoritárias, isso me desagradou muito na época, fiquei muito chocado com isso, mas o que eu podia fazer? Muito pouco. Discutia com alguns dirigentes da Frelimo. Posteriormente, inclusive, eu seria convidado a fazer pesquisas para o Comitê Central da Frelimo sobre assuntos internacionais e dar assessoria ao Ministério das Relações Exteriores, que eles estavam querendo começar a criar. Quer dizer, havia um MRE, mas eles não tinham quase embaixada nenhuma no mundo e eles queriam criar uma rede de embaixadas. Então pediram a mim para fazer pesquisas sobre temas de interesses, assuntos que eles queriam entender melhor, por exemplo: a invasão da Tchecoslováquia em 1968, eles queriam entender melhor o conflito sino-soviético, a guerra entre a China e o Vietnã, que explodiu nessa época, e eles pediam os meus serviços. Fazia reuniões com o Comitê Central da Frelimo para expor os resultados da minha pesquisa, isso me dava uma satisfação muito grande e uma possibilidade de contato, de discussão, mas era uma coisa muito fechada, na alta esfera do Estado. Eu tive, inclusive, no final do meu estágio em Moçambique, um convite para ficar lá, menos como professor e mais como assessor, isso me seduzia, mas me seduziu mais voltar ao Brasil. Aí houve a anistia, mesmo antes de haver a anistia, a gente já estava saindo de Moçambique para Portugal, porque essa transformação revolucionária, lá em Moçambique, acentuou uma perspectiva ditatorial que não estava necessariamente inscrita no processo de independência, isso me desagradou, eu construí uma visão crítica sobre isso, derivada dos meus estudos sobre as revoluções socialistas. Eu tinha, aqui no Brasil, estudado muito pouco as revoluções socialistas, eu fiz um estágio em Cuba, de quase um ano, e depois estudei muito a URSS e a China, tanto na França como depois lá em Moçambique, isso me permitiu começar a construir uma visão crítica desses processos. E eu estava vivendo, ali em

Moçambique, uma mimetização desses processos que já dava pra saber onde aquilo iria dar. Posteriormente, quando eu saí de Moçambique, eu acompanhava assim de longe, o Samora até percebeu os erros e começou a recuar nesse processo, definiu uma política de abandono das aldeias comunais, aquilo que ele chamou de “NEP” [Nova Política Econômica, referência ao modelo adotado na URSS] moçambicana, ou seja, uma espécie de recuo na política de coletivização radical, de flexibilização do processo muito rígido de centralização política. Só que ele não teve oportunidade de aprofundar esse processo, de um lado, porque a Guerra Civil começou a devastar o país, de outro lado, porque ele foi vítima de um atentado perpetrado pela África do Sul e morreu. O avião dele foi plotado pelas comunicações sul-africanas, e, em função disso, o avião “acidentou-se”, caiu. O piloto soviético, que escapou com vida, contou como tudo se passou. Então ele não teve condições de levar a frente esse processo, depois Moçambique nunca mais se recobrou, porque a Guerra Civil devastou o país, eles saíram da guerra já abandonando completamente essa perspectiva marxista-leninista e aí houve a desagregação da URSS, eles abandonaram completamente o socialismo como perspectiva, o que aconteceu também em Angola. Eu já não acompanhei mais esse quadro, estava longe, no Brasil. Onde eu tive estímulos pra me dedicar ao estudo da história da África, pois eu tinha estado lá por três anos e meio, seria uma experiência muito inusitada na academia brasileira, mas eu preferi ajustar as contas com a história das esquerdas. Inclusive, porque como eu já disse, eu tinha dificuldades em elaborar uma visão crítica de Moçambique, porque isso entrava em contradição com a minha afetividade pelo país. Inicialmente era uma Frente de Libertação Nacional, mas em vez de seguir esse caminho, procurando formas de diálogo com a sociedade, eles decidiram dar esse salto e aí embarreiraram o diálogo com a sociedade, eles passaram a ter um código, que era um código ilegível e inaudível pela sociedade. Portanto, veiculando um conjunto de referências

autoritárias, quando você começa a falar num código que as pessoas não entendem, como fazem os advogados e os médicos, adotam linguajar que ninguém compreende, e aí você fica completamente sem condições de controlar coisa alguma, porque você não domina o código, o poder fica inteiramente fora do controle, desaparecem as condições de construção de um socialismo democrático.

TJJA: Com o retorno ao Brasil, essa experiência foi útil para leitura da realidade do país?

DARF: A experiência foi muito proveitosa de dois pontos de vista – primeiro, eu aprendi a ser professor lá, eu tinha tido alguma atividade de professor, mas muito fragmentária aqui no Brasil, antes de entrar na luta revolucionária, era uma coisa muito esporádica e fragmentada, lá, eu realmente virei um professor de história, isso de um lado; de outro lado, a experiência lá foi muito boa do ponto de vista teórico, eu li muito lá, como disse, a gente importava os livros mais atualizados, então eu li muito a literatura sobre Rússia, sobre Cuba, sobre China, como eu tinha já uma experiência, embora limitada, em Cuba, isso me foi muito útil. E também, embora Moçambique fosse muito diferente da China, da URSS e de Cuba, o tipo de relação entre vanguarda revolucionária e sociedade, que me foi dado ali acompanhar, isso também me enriqueceu muito. Eu diria que a experiência social, os estudos e a profissão de professor, eu devo muito a essa primeira fase em Moçambique, então isso me foi útil para o resto da vida, evidentemente. Agora, para análise do processo brasileiro, não ajudou muito, o instrumental para análise da realidade brasileira eu iria ter que adquirir aqui mesmo e aí a experiência na academia brasileira foi decisiva. A gente tinha um grupo de trabalho fundado pelo Marco Aurélio Garcia na ANPOCS [Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais],

“Partidos e Movimentos de Esquerdas”, tinha muita interlocução no Departamento de História [UFF – Universidade Federal Fluminense], que era um departamento muito forte, gente muito jovem, a maioria, inclusive, mais jovem do que eu. Mas todo mundo estudando muito, criamos uma dinâmica naquele departamento de todos se doutorarem, inclusive eu, que fui fazer meu doutorado na USP, isso é que me deu mais elementos. Bom, tive a militância no PT, participei da fundação do PT lá no Rio de Janeiro, fui do diretório regional do PT, isso é que iria me ajudar a elaborar melhor sobre o Brasil. Porque enquanto durou meu exílio, eu muito pouco estudei a história do Brasil, estudei só aqui e ali, na França na elaboração do meu mestrado, porque eu fiz uma memória sobre o Estado brasileiro, uma coisa muito teórica, eu estava longe do país e muito traumatizado pela derrota, a derrota do projeto de luta armada foi muito acachapante, precisou de um tempo pra eu tomar certa distância e compreender aquela derrota. Tanto é que a luta democrática brasileira na segunda metade dos anos 1970, praticamente eu quase não acompanhei, eu estava muito longe. Não era só um problema de estar longe do espaço, eu estava longe em termos conceituais, porque toda a nossa teoria, que repousava naquilo que eu chamei de “a utopia do impasse”, o capitalismo brasileiro não teria condições de progredir, a ditadura ia entregar o país aos monopólios, a gente era muito animado por aquelas teses estagnacionistas e catastrofistas dos teóricos de esquerda - Celso Furtado, Caio Prado Jr., Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini, todos nós pensávamos o futuro em termos de uma polarização inevitável: socialismo ou fascismo. Ou você teria uma revolução socialista ou você teria uma ditadura que iria se agravando cada vez mais e, diante da qual, a única solução, antes de ser a melhor, era a única, era a luta armada. Ora, todo o desenvolvimento do Brasil desmentia essas premissas: o capitalismo andava com botas de sete léguas, o Brasil se modernizava de uma maneira demencial, não havia

estagnação nenhuma, a luta armada tinha sido massacrada, não tinha tido apoio nenhum da sociedade e as lutas democráticas, de maneira altamente imprevistas, iam se afirmando. Então era um quadro que não tinha nada a ver, como dizia um colega meu “a realidade se rebelava contra a nossa teoria”, pra você reentrar, tem que ter um tempo, houve gente, que estava na França, que deu esse salto com mais tranquilidade, eu ali tive um tempo, como se diz em psicanálise – um tempo de luto – pelas expectativas e pela teoria anterior, que tinha sido inteiramente desmentida pelos fatos. Como dizia o Lênin: “os fatos são teimosos”, eles desmentiam inteiramente a nossa teoria, então foi necessário ter um tempo. Tanto é que quando eu voltei ao Brasil, nos primeiros anos, eu dava muito cursos sobre as lutas de libertação nacional, sobre socialismo soviético, sobre a China de Mao Tsé Tung, sobre Cuba, não oferecia nenhum curso sobre história do Brasil, estava meio perdido ainda, fui recuperando isso ao longo dos anos 1980. Inclusive, a minha tese de doutorado, ao querer ajustar as contas com a história das esquerdas, eu queria ajustar as contas com a nossas teorias sobre o Brasil. Na USP, fazendo o doutorado, eu tive um verdadeiro segundo curso universitário, muitos seminários de pós-graduação, aquilo me serviu para me reaproximar das referências que me possibilitassem pensar esse país, esse estranho país.

TJJA: Na maior parte das votações nos organismos da ONU, quando o assunto era o colonialismo português, a delegação brasileira preferia se abster ou não votar pela sua condenação. Essas atitudes geraram ressentimentos nas lideranças moçambicanas, inclusive, no ato de independência, os moçambicanos negaram a presença de representantes do regime militar, preferiram as lideranças de esquerda. Nesse panorama, como o Brasil era visto em Moçambique?

DARF: Em Angola não, houve uma outra orientação do Governo Geisel. Agora, em Moçambique, os dirigentes da Frelimo tinham realmente uma certa amargura com a distância do Brasil em relação à luta de libertação, inclusive,

eu me lembro de um episódio que o embaixador brasileiro, que estava lá em Moçambique na hora da independência, chegou a defender a ideia de que os brasileiros e os moçambicanos tinham uma mãe em comum, que é a civilização portuguesa, e os caras da Frelimo comentaram: “mãe nada, essa mãe não é nossa, pode ser de vocês”. Depois a gente teve um embaixador lá que era altamente competente, o Ítalo Zappa, que foi um dos cérebros da reorientação da política externa brasileira na época do Geisel, a chamada doutrina do “pragmatismo responsável”. O Azeredo da Silveira era o ministro. O Ítalo Zappa esteve na China, depois ele esteve em Moçambique, depois foi para o Vietnã, ele era um grande sujeito, um grande diplomata, tive muitas conversas com ele em Moçambique, ele me recebia, apesar da minha condição de refugiado político. Entretanto, no início havia muita amargura, porém, depois do Geisel, essa política foi reorientada, com o Ítalo Zappa, ela ganhou um impulso suplementar lá em Moçambique. Não à toa, o Zappa estava na lista do Frota [General Sílvio Frota], o Frota tinha uma lista, quando ele foi demitido, ele denunciou o Geisel e apresentou uma lista que ele tinha lá de “ovelhas negras” a serem decepidas, um deles era o Ítalo Zappa no Itamaraty. A partir da reorientação, da política do “Pragmatismo Responsável”, como foi definida pelo Azeredo da Silveira, houve uma mutação em Moçambique, e os caras da Frelimo começaram a ter uma outra relação com o Brasil oficial, eles gostavam muito dos cooperantes brasileiros e dos cubanos também, porque o pessoal que vinha do Leste: da RDA, da Tchecoslováquia, da URSS e da Bulgária, que eram os principais fornecedores de mão de obra técnica socialista lá em Moçambique, eles reclamavam muito que essas pessoas tinham muito pouca flexibilidade, tinham muito pouca criatividade no enfrentamento das condições adversas. Então era muito comum encontrar um dentista, um médico soviético, ou de outros países socialistas, que diziam: “bem, aqui eu não posso trabalhar, não há condições

para trabalhar”, aí paravam, cruzavam os braços, e isto acontecia com técnicos das mais diversas atividades. Ora, os cubanos e os brasileiros nunca diziam uma coisa destas, podiam registrar que as condições estavam difíceis, mas se viravam, improvisavam, faziam “das tripas coração” e iam em frente. Então eles gostavam muito dos brasileiros e dos cubanos por essa qualidade, e os brasileiros, além disso, falavam português, o que não queria dizer muito, em termos da grande população moçambicana, porém, do ponto de vista das elites moçambicanas, que falavam português, isso era um grande benefício. Então essa amargura, que era grande, cedeu lugar a uma atitude amigável e de compreensão, a partir de 1975 e mesmo depois que eu saí, apenas com o parêntese da guerra civil, enquanto ela durou, as condições eram muito difíceis, mas depois eu já soube, por amigos que de vez em quando vão a Moçambique, que a “brasileirada” está muito presente lá em Moçambique e é muito querida por essas características de maior flexibilidade, improvisação. Quer dizer, essa amargura tendeu a ser superada. Do meu ponto de vista, e dos colegas (outros revolucionários que tinham vindo da Europa), isso não teve incidência porque a gente ali pra eles não era propriamente brasileiro, éramos revolucionários, éramos bem recebidos por isso. Eles sabiam que nós nos opúnhamos ao governo brasileiro, à ditadura brasileira etc. Mas, depois da viragem empreendida pelo Geisel, Azeredo e Zappa, as coisas mudaram muito, favoravelmente ao Brasil. Eles preferiam os brasileiros, os cubanos e os portugueses, os portugueses tinham aquela familiaridade com a África Lusófona, o que facilitava. Para os técnicos que vinham lá do mundo socialista, era muito difícil, então eles preferiam também os brasileiros, especialmente os revolucionários, pela autonomia que tinham em relação ao Estado brasileiro. Os cubanos eram certamente muito eficazes, eficientes, improvisavam, porém, eram pessoas muito vinculadas ao Estado, ao Estado cubano.

TJJA: De 1969 a 1974, a economia brasileira cresceu em média 11% por ano, isso fez com o Brasil se reaproximasse do continente africano, em busca de mercados de exportação. Mário Gibson Barboza, ministro das Relações Exteriores, foi um dos protagonistas desse novo cenário. Em sua opinião, essa retomada de relações foi motivada apenas pelo fator econômico?

DARF: Eu acho que o fator econômico desempenhou um papel importante, mas, para, além disso, havia ali perspectivas de conquista de uma certa autonomia. Desse ponto de vista também houve um erro nosso, de avaliação, das esquerdas revolucionárias. A gente imaginava um governo cada vez mais subordinado aos EUA. Aquela frase do Juracy Magalhães ficou antológica: “o que é bom para os EUA, é bom para o Brasil”. O governo Castello Branco também enviou aquela força expedicionária à República Dominicana, quer dizer, o governo Castello Branco é um governo realmente muito *low profile*, muito subordinado, muito submisso, aquela coisa das fronteiras ideológicas, uma formulação da Escola Superior de Guerra, mas depois que o Castello partiu, os outros governos ditatoriais foram reorientando a política externa brasileira e o Brasil retomou aquela perspectiva de afirmação no cenário internacional. Já com o Médici, foram decretadas as 200 milhas, a soberania brasileira nas 200 milhas, essa “militada” brasileira, ela toda, o Geisel inclusive, tinha tido uma participação no Estado Novo, a perspectiva de afirmação do “Brasil potência” está muito presente no discurso do Médici e ganhou desdobramento na política externa do Geisel: os acordos nucleares com a Alemanha, a ideia do Brasil como ator autônomo no cenário internacional. Desse ponto de vista, há uma recuperação, na fase do Geisel, animado, sobretudo, pelo Ítalo Zappa, de referências importantes da chamada “Política Externa Independente” [PEI] do período anterior a 1964. Nada mais incongruente para nós, da esquerda revolucionária, imaginar que um governo ditatorial iria retomar aquela política. O Zappa era um homem afim da PEI, então, portanto, há realmente interesses econômicos, porém, há muito mais do

que isso. A presença do Brasil na África, os estrategistas brasileiros falam “a projeção do Brasil no Atlântico Sul em direção à África”, ela tem razões estratégicas, geopolíticas, que vão muito além dos interesses econômicos de empresas brasileiras. As coisas se combinam, mas não é alguma coisa apenas ligada à lucratividade das empresas, há uma perspectiva mais geral, que, por exemplo, informou o reconhecimento imediato do governo independente do MPLA, foi uma coisa que surpreendeu o mundo, o governo brasileiro imediatamente reconheceu o MPLA como representante do povo angolano. O MPLA tomou a vanguarda, apoiado pelos cubanos, e o governo brasileiro não negou fogo. E ali não havia, ainda, interesses econômicos brasileiros instalados, hoje as empresas estão presentes em Angola, Moçambique e em outras partes da África, mas, a política africanista do governo brasileiro atual, que tem raízes lá na PEI, não esqueçamos que foi o Jânio que nomeou o primeiro embaixador na África, depois houve o Jango, com o San Tiago Dantas, e finalmente essa política foi retomada, a partir do Costa e Silva e principalmente do Médici e do Geisel. Nós temos uma política externa que procura colocar o Brasil como autor autônomo nas relações internacionais e a ditadura, também deste ponto de vista, não é um parênteses na história brasileira, ela recupera essa política e, eu insisto, vai muito além da proteção de interesses comerciais ou econômicos de determinadas empresas, embora não haja nenhuma contradição com os interesses dessas empresas, as coisas se afinam, as coisas se articulam.